

Impactos socioambientais da crise energética



Ana Valéria Araújo

Nos últimos dias, o país imergiu nas trevas sob o peso das notícias sobre a crise do setor energético e os seus reflexos na vida nacional. As explicações para a crise recaem sobre São Pedro e a falta de planejamento para o setor elétrico, que ensaia uma safada do âmbito estatal para o privado.

Quaisquer que sejam os desdobramentos da crise e o tempo de sua duração, o receituário para a solução vai do sacrifício imediato da população até a construção de novas usinas, hidrelétricas, termelétricas ou até mesmo nucleares. Quanto ao sacrifício da população, vem aí uma campanha publicitária, no melhor estilo "sangue, suor e lágrimas", intimando-nos a poupar energia. Quanto à construção de novas usinas, o governo anuncia mudanças na legislação ambiental para fixar prazos mais curtos para a elaboração dos estudos de impacto ambiental e para a concessão de licenças às obras do setor elétrico.

Dai que é evidente que a crise terá reflexos graves sobre a cena socioambiental. Os órgãos ambientais já estão sendo pressionados a apressar a aprovação dos pedidos de licenciamento da construção de usinas. Por exemplo, a usina de Corumbá (MS), que estava com as obras paradas em razão de impasses no processo de licenciamento, deverá ser concluída em breve, sendo os impasses resolvidos sob os influxos da crise. De outro lado, a Câmara Técnica de Energia do Conama, que nunca se reuniu desde a sua criação em 1995, foi convocada a debater, em 17 de maio, a simplificação dos procedimentos de licenciamento das obras do setor elétrico.

Além disso, como consta da publicação *Cenários Socioenergéticos da Amazônia 2000-2020*, elaborada pela Eletronorte, a Amazônia "tende a ser" a grande fonte de energia, tanto quanto a geração, como a transmissão e distribuição. Assim, pode-se prever o aumento das pressões para a imediata regulamentação do parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição, que dispõe sobre o uso dos recursos hídricos existentes em terras indígenas. Como se sabe, boa parte das hidrelétricas projetadas para a Amazônia teriam impactos sobre terras indígenas. O exemplo mais conhecido é o da usina de Kararaô, rebatizada de Belo Monte, que inspirou a realização do encontro de Altamira em 1989. Não se pode esquecer tampouco das conseqüências da construção de Balbina e Tucuruí para os índios waimiri-atroari, gavião e parakanã.

Isso sem falar na retomada do "sonho" do programa nuclear brasileiro, estacionado nas usinas de

Angra I e II. Ironicamente, a Alemanha, que bancou a assessoria técnica do programa, está prevendo desligar os dezenove reatores das usinas nucleares existentes em seu território até 2021. Porém, está prevista para agosto uma visita do primeiro-ministro da Alemanha ao Brasil, que deverá trazer em sua comitiva o presidente da Siemens (multinacional alemã fornecedora dos equipamentos para Angra I e II). Fontes do Partido Verde na Alemanha receiam que a visita do premiê alemão traga na bagagem a proposta de retomada da construção de Angra III. O assunto já consta da pauta de discussões do Conselho Nacional de Política Energética, onde se discutem possíveis soluções para a crise. O "apagão nuclear" alemão começa em 2002, o que, esperamos, não coincida com o reaquecimento do programa nuclear no Brasil.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, a insensatez nuclear volta com força total. Lá, como aqui, o setor energético está em crise, vide os apagões na Califórnia. O vice-presidente Dick Cheney joga a culpa dos problemas sobre os ambientalistas, a quem acusa de apostarem no atraso e quererem que os americanos vivam no escuro. Aproveita para propor um coquetel de novas usinas nucleares, misturadas ao aumento da queima de combustível fóssil e à eliminação das regulamentações que impedem a construção descuidada de obras no setor elétrico.

Vale notar que o ministro do apagão no Brasil, Pedro Parente, enveredou pelo mesmo caminho ao anunciar a edição da Medida Provisória nº 2.147, de 15/5/2001, que pretende apressar os estudos de impacto ambiental e processos de licenciamento das novas usinas. A medida fixa prazos de seis meses para hidrelétricas, de quatro meses para termelétricas, gasodutos e oleodutos e ainda de três meses para as linhas de transmissão de energia, os quais parecem por demais exíguos para uma análise criteriosa de empreendimento dessa monta. Ao fazer o anúncio, o ministro Parente declarou que "questões ambientais têm atrasado obras e empreendimentos". Seu chefe, o presidente da República, Fernando Henrique, foi ainda mais enfático: "Naturalmente, nós temos sempre que tomar em conta as questões ambientais. Mas, também, dado o caráter emergencial, é possível ser mais rápido nessas decisões".

Como se vê, urge que a sociedade se organize e atente para os reflexos que a crise do setor elétrico lhe trará. Até porque, como os seus efeitos se projetam para além de 2002, ela será prato certo no cardápio das ofertas eleitorais da próxima campanha eleitoral. De imediato, parece claro que o apagão está servindo para eclipsar o imbróglio político em que estava metido o governo. O presidente Fernando Henrique deverá elegê-lo o segundo dragão da maldade a ser combatido pelo seu governo. O primeiro foi a inflação, que ele se vangloria de ter vencido. Resta saber o preço que teremos que pagar para que ele derrote o segundo.

DE IMEDIATO, PARECE CLARO QUE O APAGÃO ESTÁ SERVINDO PARA ECLIPSAR O IMBRÓGLIO POLÍTICO EM QUE ESTAVA METIDO O GOVERNO